


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001825-71.2014.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Aluisio Dario de Souza Santana da Silva**  
 Requerido: **Recon Administradora de Consorcio Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais movida por **Aluísio Dário de Souza Santana da Silva** contra **Recon Administradora de Consórcio Ltda.**

Alega, em síntese, que ao efetuar compras teve o crédito negado devido a uma restrição existente em seu nome proveniente de uma dívida no valor de R\$ 111,92. Sustenta, porém, que nunca teve relações com a ré e desconhece a referida dívida. Pleiteia a retirada de seu nome dos órgãos de proteção de crédito e a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de cinquenta vezes o valor do salário mínimo nacional. Com a inicial vieram os documentos (fls. 08/13).

Deferida a tutela e assistência judiciária gratuita (fls. 14).

Citada, a requerida apresentou contestação refutando os fatos alegados pelo autor (fls. 28/56).

Houve réplica (fls. 87/90).

Instadas à especificação de provas, a ré alegou não ter mais provas a produzir e o autor postulou a produção de prova pericial (fls. 94 e 96).

A perícia grafotécnica constatou que as assinaturas lançadas nos documentos apresentados pela ré não são provenientes do punho do autor (fls. 141/157).

Houve pedido de denunciação da lide pelo réu (fls. 173/178), que foi indeferido (fls. 184).

Encerrada a instrução processual, as partes apresentaram alegações finais (fls. 188/192).

**É o relatório.**  
**Fundamento e DECIDO.**

O pedido é procedente.

Indignado com a suposta negativação indevida, o autor entrou em contato com a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

requerida e recebeu cópia do contrato que serviu de base para a inscrição. Afirmou, contudo, que referido negócio jurídico não existiu de fato e que a assinatura exarada neste documento não é sua, atraindo para si o ônus de comprovar a veracidade de suas alegações.

Note-se, neste sentido, que o laudo pericial, requerido pelo autor, é conclusivo pela confirmação de que a assinatura lançada no contrato com a requerida não é proveniente do punho do autor.

A prova pericial tem a finalidade de esclarecer os pontos controvertidos da lide e auxiliar o Juiz na resolução da questão posta a seu conhecimento.

Assim, diante do acervo probatório ficou amplamente provado que não existiu, de fato, o negócio jurídico entre as partes sendo indevida a negativação de seu nome.

No que concerne aos danos morais, tenho-os por configurados.

A simples inserção indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes configura dano moral *in re ipsa*, pois os prejuízos aos direitos da personalidade são presumidos.

Todavia, o valor dos danos morais não deve ser o postulado pelo autor.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atenta à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para o autor.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido declaratório da inexistência do negócio jurídico, confirmando-se a tutela deferida à fl. 14 e condeno a ré a pagar R\$ 7.000,00 (sete mil reais) ao autor, a título de danos morais. Incidirá correção monetária pela Tabela Prática do TJSP a partir dessa data e juros de 1% ao mês, a partir da citação. Sucumbente, arcará a ré com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 04 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**